

RATIONE TEMPORE, CORAM SOL

Fernando Furlanetto GALUPPO *

Em setembro de 2001 pedi a dois amigos, que já cursavam Direito antes de mim, algumas dicas de livros introdutórios à carreira.

Indicaram-me “*O Caso dos Exploradores de Cavernas*”, de Lon Fuller; e “*Lições Preliminares de Direito*”, da vasta obra legada pelo Professor Miguel Reale.

Devorei-os com avidez; apaixonei-me pela profissão; decidi prestar aquele vestibular para Direito e, em fevereiro de 2002, lá estava eu procurando minha sala nos tradicionais corredores do Pátio dos Leões da PUC-Campinas.

Agora, depois de tantas experiências vividas desde então, o tempo se mostra impietosamente inexorável: cinco anos se passaram em cinco meses!

Já com saudade, vemos a conclusão de um dos mais importantes capítulos de nossas vidas: a *formatura*! E o que seriam as *formaturas* senão o fim da *manhã*, com o sol bem acima de nossas cabeças, a nos convidar à vida através do arder de um meio-dia?

Assim, com a vida profissional mediata e imediatamente à nossa frente, vejo que não são dezenas, mas centenas, as lições memoráveis que aprendi em minha Faculdade de Direito. Algumas em sua natureza didático-pedagógica *de per se*; outras tantas (voluntária ou involuntariamente) ensinadas pelo *elemento humano* (que - também aprendi - nos ensinou muito mais que os livros).

Na Faculdade de Direito pude aprender, já naquela minha primeira leitura introdutória, que é possível se entender de maneiras distintas (com inteligência e boa-fê) uma mesma questão jurídica! Daí, exatamente, a beleza do Direito.

Isto é, aprendi a abandonar as vestes da análise “acrítica” que circunda - como um fantasma - todo aquele indivíduo que constrói uma opinião em três segundos. (Nesta nossa profissão, conforme aprendemos com Aristóteles,

prudência é tão importante quando *coragem*). É preciso *decidir*, mas é também preciso *pensar* antes!

Aprendi, também, com o Nino (funcionário de ouro), o que é *humildade e solicitude*; e aprendi, de igual modo, que apesar das grandes amizades, queiramos ou não, Direito é em boa parte das vezes uma carreira de notável formalismo e presente distância entre as pessoas (ao menos no Direito de meus tempos).

Ainda sobre a amizade, aprendi que na Faculdade de Direito fiz grandes amigos que se eternizarão na memória independentemente de onde estejam; e aprendi que, apesar disto, mesmo quando não se tenha feito absolutamente nada a algumas pessoas, elas simplesmente terão “outro entendimento” umas sobre as outras (nem se for “só para discordar”); e, sobre isso, aprendi que para se atingir a felicidade é preciso simplesmente compreender e aceitar que na vida há *amigos e colegas; adeptos e adversos*, e que dentro de qualquer dessas classes de pessoas pode haver honra e boa-fê (e que o mundo é belo justamente porque é variado).

Aprendi também, que quando você ganha, você ganha; e que quando perde, perde; mas que, às vezes, você perde quando ganha; e também ganha quando perde.

Curioso ou não, também aprendi que, em comparação a outros cursos, Direito é o curso *culturalmente* mais eclético e heterogêneo que existe (que isso venha a ser, quem sabe, uma tese de pós-doutoramento aos nossos mestres e doutores em Educação).

Explico-me. Em pequena amostra que tive de nossa Turma 51, lembro-me, especificamente, de ter convivido com amigos filósofos; pragmáticos; militares; góticos; religiosos fervorosos de distintas religiões; ateus; agnósticos; alunos pertencentes a 3 (sim, “três”) gerações etárias; políticos em potencial; “festeiros”; empresários potenciais; acusadores natos; defensores natos; “indecisos” *lato sensu*; dentre uma infindável gama de características assim... tão

* Formado em 2006 pelo Curso de Direito da PUC-Campinas.

distintas entre si... mas que conviveram juntas (e muitas vezes divertidamente) dentro de uma mesma turma neste cinco anos que se passaram.

Aprendi, também, que por um grande conjunto de variáveis, alguns professores se destacaram em relação a outros para nossas específicas individualidades (como em tudo na vida). Mas que, mesmo que sejam poucas as vozes que tenham prendido mais a atenção de nossos ouvidos, certamente são, e serão, vozes que falaram, e falarão, por muitas outras.

Aprendi que, diferentemente de em uma prova de cálculo ou matemática, em Direito as coisas se operam de modo diverso. Há, nesta nossa carreira, quem tire ou dê notas em provas, ou quem peticione e julgue processos com critérios muito mais numerosos do que os usados por um engenheiro ao desenhar uma ponte, ou um médico ao realizar uma traqueostomia; isto é, como nos ensinaria o grande jurista italiano Piero Calamandrei, tanto no *curso* quanto na *profissão* jurídica, é preciso conhecer a fundo as *entrelinhas do pensamento* e do *sentimento humano*. É preciso, pois, para o êxito no provimento jurisdicional, conhecermos todas as acepções (inclusive as poéticas) da expressão “fonte do Direito”; ou, por exemplo, da palavra “jurisprudência”.

Aprendi em nosso curso também um pouco de Direito Civil, Penal, Processual, Constitucional, Administrativo, Tributário, Direito do Trabalho, dentre tantos outros ramos (zetéticos ou dogmáticos). O suficiente para me alfabetizar minimamente na área; para me fazer perceber o quanto ainda não sei nada; e para me fazer enxergar o quanto ainda precisarei estudar se quiser saber algo.

Mas além de *dogmatismo jurídico* aprendi também muita *administração*. *Administração* do tempo; do meio; do resultado. *Administração* de um projeto e, muito mais que *administração* de projetos e de pessoas, *administração* pessoal (descobri em mim mais defeitos e imperfeições do que supunha ter, e clareei um pouquinho mais os caminhos que buscava enxergar).

Sobre *projetos*, aprendi coisas intraduzíveis ao presente artigo com a experiência que tive ao participar do grupo de alunos que fundou o nosso *Jornal O Leão* dos anos de 2004 e 2005 - idéia dos alunos de Direito cujo fim foi o de se criar veículo de comunicação interno com finalidade exclusivamente *jurídico-cultural*.

O projeto deste grupo de alunos que trabalhou voluntariamente (destinando as verbas restantes à compra de um piano, que se encontra hoje nas dependências do Campus Central) teve como objetivo o incentivo à redução do “quase exclusivismo dogmático-normativo” das

Faculdades de Direito de nossos tempos; em prol de um ensino jurídico que, queira Deus, venha, num futuro próximo, ensinar menos “*o que seja o Direito volúvel de hoje*”, e ensinar mais *pesquisa, filosofia jurídica, e técnica hermenêutica*, para que o futuro profissional do Direito possua instrumentos mínimos para se virar sozinho diante de um inusitado caso concreto, qualquer que seja.

Outra experiência fundamental se deu em 2005. Deparei-me com um edital de concursos de monografias jurídicas na internet, promovido pelo Conselho Federal da OAB, em Brasília.

Desacreditado na idoneidade de um país de há muito nepótico, resolvi participar do referido concurso monográfico quase que absolutamente sem esperanças (quando muito, ao menos já teria pronta - com um ano e meio de adiantamento - minha monografia de fim de curso).

Porém, para a minha surpresa, recebi um telefonema feito diretamente pelo Dr. Roberto Busato, informando-me que havia ficado entre as três primeiras colocações.

A alegria foi indescritível!

Em suma, a mensagem aqui ao leitor da área é: participe mais de concursos de monografia, participe mais de concursos “quaisquer”, pois, tendo sempre sido um aluno de notas razoáveis e não tão destacáveis como fui, por que o leitor não haveria de conseguir?

Ayrton Senna, em entrevista, certa vez, a respeito, revelou na escola ter a vida toda sido um aluno “nota seis”. Isso nos diz algo?

Mas o principal prêmio e lição que tive, entretanto, daquela experiência, e que torna imprescindível o relato, foi o convívio de poucos dias com os outros universitários participantes daquele concurso de monografias (cada qual de um estado brasileiro).

Conhecendo pessoalmente estes demais alunos que participaram do concurso, fui percebendo que mesmo aqueles que haviam ficado em posições inferiores a mim em colocação, “paradoxalmente”, não só me superavam em conhecimento jurídico, como demonstraram notável humildade e “simplicidade no jeito de ser”. Isto é, aprendi que o Direito, e os modos, vão muito bem além das fronteiras paulistas. E que o *outro*, apesar de nossas estatísticas egocêntricas, tem muito a nos ensinar.

O então estudante baiano Gabriel Marques da Cruz, ora advogado, no momento realiza seu mestrado em Direito Constitucional na USP, em São Paulo, e é mais do que latente que contribuirá muitíssimo para o Direito de seu estado e país.

Aprendi, em suma, com esta experiência, que os “inferiores numéricos circunstanciais” muitas vezes são os

verdadeiros vencedores mediatos gerais. E que uma posição em concurso, ou nota, ou qualquer critério matemático, não desenha o verdadeiro Juiz, ou Promotor, ou Advogado, ou Professor do amanhã.

E, por fim, aprendi a maior das lições de minha Faculdade de Direito: a viagem pelos três livros (e mundos) da Divina Comédia de um curso jurídico. Da ideologia à descrença; da descrença à transcendência.

Numa conversa com nosso eterno Padre Haroldo em novembro deste findo 2006, conversávamos nos corredores do Pátio dos Leões sobre a “*saída do Brasil*”. Se “*a melhor saída*” para o Brasil seria Viracopos ou, por outra corrente jurisprudencial, Cumbica!?

Padre Haroldo, apanhado por mim em sua transparência e espontaneidade intrínsecas, revelara que no fundo também já não tinha grandes esperanças de melhoras para um país tão fielmente descrito pela canção “*Perfeição*”, de Renato Russo. Mas que *eu*, “Fernando”, não, e que *ele*, “Haroldo”, sim, poderia pensar de tal modo, isto é, “desesperançosamente”. “*Dada sua idade*” - conforme disse.

Evidente que ambos gargalhamos imediatamente com a imprudência de sua própria transparência ao ter, despropositadamente, revelado a mim que a evolução da esperança seria a própria desesperança.

Tentou corrigir-se, mas o que havia sido dito já estava dito. Apesar disto, o que mais chamou minha atenção foi sua esperança em que eu tivesse esperanças, independentemente da dele.

Ora, como na própria maestria da ambivalência do mito da caixa de Pandora (acerca da dúvida se a *esperança* conservada na caixa dos “males do mundo” seria um *bem* ou um *mal*) a lição que hoje extraio de tal conversa, apesar da *desesperança* e *sofrimento* inevitavelmente adquiridos com o *conhecimento*, é esta nossa implícita e inabalável “secreta esperança” de que os vindouros frutos da terra (nossos filhos e netos) a tenham firme (como tivemos em nossa juventude), e que continuem a transmiti-la para todas as futuras gerações.

Não fosse essa tal esperança oculta que nos move, ainda que fantasiada pelo tom lúgubre da desesperança de nossas circunstâncias atuais, de que valeria seguir em frente nesta tão extraordinária profissão de se lidar com a Justiça?

